

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE  
PETRÓLEO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2018

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores  
Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

Parcelamento tributário - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Conforme mencionado na nota explicativa Nº 16 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 27 de outubro de 2017 a Administração da Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória Nº 783/17, posteriormente convertida na Lei Nº 13.496/17 de 24 de outubro de 2017, nessas circunstâncias, foram incluídos: (i) os débitos da Companhia apresentados na PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e na RFB - Receita Federal do Brasil; (ii) os débitos da empresa Asadiesel Petróleo Ltda. com a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, tal empresa embora tenha sido incorporada contabilmente em 2005, não apresenta-se incorporada na referida autoridade tributária, cujos montantes apresentados no passivo circulante e passivo não circulante são de R\$ 18.039 mil e R\$ 183.251 mil, respectivamente; e (iii) as dívidas que foram apuradas considerando créditos tributários no montante de R\$ 136.322 mil oriundos do goodwill gerado na operação de incorporação da sua controladora na época, Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda., créditos esses, que foram diluídos nas apurações tributárias da Companhia até 2016. Além disso, e diante da adesão, a Administração da Companhia desistiu formalmente dos processos judiciais e administrativos de ordem tributária que foram incluídos no PERT e das referidas empresas acima mencionadas, não obstante, na oportunidade da adesão das dívidas tributárias ao PERT, a Administração da Companhia não considerou contabilmente o registro apropriado por competência e natureza adequada da rubrica para o montante atualizado da dívida, portanto, registrou todos os efeitos dessa operação em 2017. Fato subsequente à adesão, os débitos constantes na PGFN e RFB foram deferidos. Diante das circunstâncias, não nos foi possível concluir quanto à adequada mensuração, reconhecimento e divulgação dessas operações nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Ênfase

Chamamos atenção ao mencionado na nota explicativa nº 18, onde a Companhia utilizou créditos tributários de ágio oriundo da incorporação da sua controladora na época, Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda. Fato subsequente à incorporação da controladora, a Administração reconheceu crédito tributário no montante apurado de R\$ 136.322 mil e passou a utilizar os referidos créditos na sua apuração tributária, no entanto, a Companhia foi autuada em 2011, pela utilização dos referidos créditos em suas operações no período entre 2006 a 2008 e posteriormente em fevereiro de 2019 obteve o resultado desfavorável no trânsito julgado na esfera administrativa sobre a referida autuação. Dessa forma, apresentando o montante atualizado com multas e juros de R\$ 99.404 mil de obrigação legal tributária a recolher para autoridade tributária. Sobretudo, apoiada na opinião legal dos seus assessores jurídicos, a Administração entende que é possível obter êxito neste processo na esfera judicial, inclusive os assessores jurídicos da Companhia também entendem que a probabilidade de ganho é "possível" na discussão judicial sobre o direito destes créditos tributários. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

### Transações com Partes Relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa Nº 10 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Consequentemente, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, assim como, a realização e liquidação das referidas operações são condicionadas às disponibilidades de fluxos de caixa entre as partes relacionadas. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto.

### Tributos diferidos - realização

Chamamos atenção ao mencionado na nota explicativa Nº 12.b, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, onde a Companhia, possui registrado na rubrica "Tributos Diferidos", no ativo não circulante, o montante de R\$ 49.618 mil em 31 de dezembro de 2018, cuja realização depende de lucros tributáveis futuros. Nessas circunstâncias, a Administração da Companhia nos apresentou o estudo de viabilidade que demonstra a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros, com base em premissas estimadas na sua melhor expectativa, contudo, a utilização dos referidos tributos depende da concretização e efetivação dos planos de negócio estabelecidos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de abril de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 031522/F

Ronaldo Silva dos Santos  
Contador CRC 1 SP 228140/O-4

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio Líquido					
	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		
		2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.005	1.393	15.101	1.431	Empréstimos e financiamentos	14	74.512	63.202	74.534	63.202
Contas a Receber	5	105.509	85.699	76.247	68.987	Fornecedores	15	110.434	36.666	111.912	38.973
Estoques	6	157.536	91.910	158.123	92.102	Salários, férias e encargos a pagar		3.278	2.379	3.361	2.700
Impostos a recuperar	7	35.106	58.548	35.167	58.425	Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	16	18.039	24.569	18.223	24.910
Adiantamentos a fornecedores	8	21.415	14.392	21.415	14.400	Adiantamentos de clientes		3.290	2.480	3.705	2.480
Outros Créditos	9	1.428	1.885	1.856	2.357	Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	17	26.782	16.698	-	-
		335.999	253.827	307.909	237.702	Outras obrigações		331	368	331	368
								236.666	146.362	212.066	132.633
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Partes Relacionadas	10	96.650	104.830	96.666	104.760	Empréstimos e financiamentos	14	333	929	333	929
Depósitos Judiciais		8.262	2.009	8.533	2.285	Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	16	183.251	200.099	183.626	200.225
Tributos diferidos	12.b	49.618	50.610	49.618	50.610	Provisão para demandas judiciais	18	9.955	8.466	9.955	10.660
Outros créditos	9	490	291	490	291			193.539	209.494	193.914	211.814
Imobilizado	13	64.585	58.093	68.064	62.527	<b>Patrimônio líquido</b>					
Intangível		3.311	4.094	3.275	4.086	Capital social	19	137.324	137.324	137.324	137.324
		222.916	219.927	226.646	224.559	Prejuízos Acumulados		(8.614)	(19.426)	(8.614)	(19.426)
								128.710	117.898	128.710	117.898
						Participação de acionistas não controladores		-	-	(135)	(84)
								128.710	117.898	128.575	117.814
<b>Total do ativo</b>		<b>558.915</b>	<b>473.754</b>	<b>534.555</b>	<b>462.261</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>558.915</b>	<b>473.754</b>	<b>534.555</b>	<b>462.261</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	20	4.098.250	3.831.737	4.093.605	3.827.335
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(3.969.134)	(3.661.955)	(3.988.559)	(3.672.445)
Lucro bruto		<u>129.116</u>	<u>169.782</u>	<u>105.046</u>	<u>154.890</u>
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(30.345)	(31.487)	(7.973)	(15.118)
Despesas administrativas e gerais	21	(61.789)	(53.990)	(70.468)	(59.594)
Provisão para (reversão de) perdas para investimentos	17	(10.084)	(5.232)	-	-
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	22	(3.355)	1.402	(3.080)	314
		<u>(105.573)</u>	<u>(89.307)</u>	<u>(81.521)</u>	<u>(74.398)</u>
Lucro antes das receitas/(despesas) financeiras		<u>23.543</u>	<u>80.475</u>	<u>23.525</u>	<u>80.492</u>
Receitas financeiras	23	4.323	3.573	4.325	3.573
Despesas financeiras	23	(13.563)	(22.143)	(13.623)	(22.155)
Variações monetárias, líquidas	23	(2.518)	(121.329)	(2.599)	(121.334)
		<u>(11.758)</u>	<u>(139.899)</u>	<u>(11.897)</u>	<u>(139.916)</u>
Lucro/(prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		<u>11.785</u>	<u>(59.424)</u>	<u>11.628</u>	<u>(59.424)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12.a	(973)	48.454	(816)	48.454
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		<u>10.812</u>	<u>(10.970)</u>	<u>10.812</u>	<u>(10.970)</u>
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas não controladores		-	-	51	26
Acionistas controladores		<u>10.812</u>	<u>(10.970)</u>	<u>10.761</u>	<u>(10.996)</u>
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		<u><u>10.812</u></u>	<u><u>(10.970)</u></u>	<u><u>10.812</u></u>	<u><u>(10.970)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	10.812	(10.970)	10.812	(10.970)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
	<u>10.812</u>	<u>(10.970)</u>	<u>10.812</u>	<u>(10.970)</u>
Resultado atribuível aos acionistas controladores	-	-	10.761	(10.996)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	-	-	51	26
Resultado abrangente do exercício	<u>10.812</u>	<u>(10.970)</u>	<u>10.812</u>	<u>(10.970)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Lucro do exercício	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio Líquido
Saldos em 1 <sup>o</sup> de janeiro de 2017	137.324	(8.456)	-	128.868	(58)	128.810
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(10.970)	(10.970)	(26)	(10.996)
Reserva de lucros	-	(10.970)	10.970	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	137.324	(19.426)	-	117.898	(84)	117.814
Lucro líquido do exercício	-	-	10.812	10.812	(51)	10.761
Reserva de lucros	-	10.812	(10.812)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	137.324	(8.614)	-	128.710	(135)	128.575

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) do exercício antes dos tributos sobre o lucro	11.785	(59.424)	11.628	(59.424)
Despesas/(receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	5.392	4.516	6.409	3.974
Constituição de provisão para perdas com investimentos	10.084	5.232	-	-
(Reversão)/Constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	2.092	444	2.188	(1.266)
Constituição/(reversão) de provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	294	(2.490)	294	(2.490)
Constituição/(reversão) de provisão para demandas judiciais	1.489	(555)	(704)	(441)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos a realizar	(351)	(7.688)	(351)	(7.688)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	44.938	-	44.938
Variações em ativos e passivos				
Contas a receber	(21.902)	(6.882)	(9.448)	4.220
Estoques	(65.626)	(39.029)	(66.021)	(38.975)
Impostos a recuperar	23.442	(11.778)	23.258	(11.609)
Adiantamento para fornecedores	(7.317)	16.884	(7.309)	16.895
Partes relacionadas	8.180	(5.107)	8.094	(5.107)
Depósitos judiciais	(6.253)	878	(6.248)	1.012
Outros créditos	258	(384)	302	(828)
Fornecedores	73.768	22.609	72.939	23.796
Salários, férias e encargos a pagar	899	(4.871)	661	(5.325)
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	(23.378)	58.963	(23.110)	59.021
Adiantamento de clientes	810	(1.141)	1.225	(1.935)
Outras obrigações	(37)	290	(38)	290
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.648	15.405	13.769	19.058
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(13.958)	(15.285)	(13.958)	(16.207)
Aquisição (Baixas) de intangível	162	(904)	131	(807)
Baixa do imobilizado	2.695	4.872	2.692	2.082
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(11.101)	(11.317)	(11.135)	(14.932)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(265.404)	(69.936)	(265.404)	(69.936)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.826)	(6.392)	(5.826)	(6.392)
Captação de empréstimos e financiamentos	282.295	72.766	282.317	72.766
Participação de não controladores	-	-	(51)	(26)
Caixa líquido gerado e (usado) nas atividades de financiamentos	11.065	(3.562)	11.036	(3.588)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	13.612	526	13.670	538
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa				
No início de exercício	1.393	867	1.431	893
No fim do exercício	15.005	1.393	15.101	1.431
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	13.612	526	13.670	538

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## 1. Informações gerais

A Royal FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (“Companhia”), tem como objeto social a distribuição de derivados de petróleo para postos de combustíveis e grandes consumidores finais de todo o Brasil, oferecendo produtos regulamentados assegurados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. A capacidade atual de armazenamento é de aproximadamente 40 milhões de litros de combustível, distribuídos em 23 bases localizadas em diversos estados do Brasil, das quais 4 são próprias (duas primárias, em Paulínia/SP e Betim/MG, e duas secundárias em Cuiabá/MT e Campo Grande/MS), e 19 filiais divididas entre bases de distribuição nacional de terceiros, que são utilizadas para distribuição dos produtos da Companhia e escritórios comerciais, localizados em Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP, Bauru/SP, São José dos Campos/SP, Guarulhos/SP, Guarulhos T-Liq/SP, Itajaí/SC, Piçarras/SC, Senador Canedo/GO, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Araucária/PR, Sarandi/PR, São Francisco do Conde/BA, Jequié/BA, Esteio/RS, Sinop/MT, Feira de Santana/BA e Paranaguá/PR.

A Administração da Companhia, buscando a continuidade e o crescimento exponencial de suas operações e de seus negócios, montou um plano de redução de despesas, otimização dos custos e crescimento do volume de vendas, através da implantação de uma estratégia de vendas que inclui a entrada em novos mercados, regionalização de clientes, equipes de vendas externas, aplicação de tecnologia da informação, planejamento tributário e melhoria de processos comerciais. Nessa perspectiva, as ações implantadas pela Administração durante o ano 2018, traduziram-se em resultados positivos, os quais são evidenciados principalmente pelo indicador consolidado de capital circulante líquido positivo da Companhia que está apresentado no montante de R\$ 95.843 mil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 26 de abril de 2019.

## 2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas leis No. 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(i) Demonstrações contábeis individuais

As Demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(ii) Demonstrações contábeis consolidadas

As Demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as Demonstrações contábeis individuais.

(iii) Mudanças nas políticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes, a saber:

#### CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota 3.e - Instrumentos financeiros por categoria.

#### CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente:

O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. A Nota 2.q descreve os diferentes tipos de receita da Companhia e a forma de reconhecimento de cada uma destas receitas.

A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das empresas do grupo concluiu que a maior parte refere-se a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais as empresas do grupo não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, a Companhia não espera reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, onde julga não haver alterações relevantes nos componentes utilizados nas estimativas do referido valor, na oportunidade do reconhecimento contábil. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis.

b. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências; e
- Investimentos.

c. Uso de julgamentos e estimativas

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

ii) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas abaixo:

Nota 5 - Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia avalia na data de cada balanço patrimonial se há alguma evidência objetiva de que um ativo financeiro da classe de recebíveis é passível de provisão para perda por redução ao valor recuperável. Para definir se há uma prova objetiva de perda por redução ao valor recuperável, a Companhia considera fatores como a probabilidade de insolvência ou dificuldades financeiras substanciais do devedor e inadimplemento ou atraso substancial nos pagamentos. Quando há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, o valor e o momento do fluxo de caixa futuro são estimados com base na experiência de prejuízos históricos de ativos com características de risco de crédito similares. A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir a provisão de perda esperada com crédito de liquidação duvidosa para os títulos vencidos a mais de 90 dias.

Nota 12.b - Realização do Imposto de Renda diferido.

Impostos diferidos ativos são registrados quando é provável que haja fontes de receita tributáveis disponíveis futuramente para compensar o ativo fiscal diferido, considerando os prejuízos fiscais acumulados. Essas fontes incluem lucro tributável estimado com base nas projeções de resultados elaboradas com base nas premissas internas e cenários econômicos futuros previstos.

Nota 13 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A Administração avalia anualmente o valor contábil dos ativos para verificar eventos ou alterações econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar uma redução ou perda do seu valor recuperável.

Se forem identificadas tais evidências, e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre seu valor em uso e seu valor justo menos custos de vendas.

Na estimativa do valor em uso de um ativo, fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor no qual a unidade geradora de caixa opera.

Fluxos de caixa são derivados do orçamento dos cinco anos subsequentes e não incluem atividades de reestruturação para as quais a Companhia não esteja ainda compromissada ou investimentos substanciais futuros que possam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa que está sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto adotada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro estimado e à taxa de crescimento utilizada.

A Companhia não possui ativos imobilizados que deva baixar ou alienar e que necessitem de constituição de provisão para desmontagem de ativos.

#### Nota 13 - Vida útil dos ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear durante a vida útil estimada dos bens. Mudanças no nível esperado de uso e desenvolvimentos tecnológicos podem causar impacto sobre a vida útil econômica e sobre os valores residuais desses ativos, portanto, valores de depreciação futuros podem ser revistos.

#### Nota 18 - Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece a provisão para demandas judiciais relativas a riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para considerarem alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação de transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido a incorreções inerentes ao seu processo de estimativa. A Companhia avalia suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano.

Nota 3.e - Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido no mercado ativo, determina-se usar técnicas de avaliação, inclusive o método de fluxo de caixa descontado. Os dados desses métodos se baseiam nos praticados no mercado, quando possível; no entanto, quando não for viável, determinado nível de julgamento é necessário para definir o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo de apresentação dos instrumentos financeiros.

d. Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados, quando aplicável. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro 2018, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação integral da controlada Petroviários Transportes Ltda., responsável pelos transportes dos produtos comercializados pela Companhia.

(b) Demonstrações contábeis individuais

Nas Demonstrações contábeis individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Demonstrações contábeis individuais quanto nas Demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

g. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda esperada com liquidação de devedores duvidosos "PECLD" (impairment) (Nota 5). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

O valor justo das contas a receber de clientes registrado inicialmente é determinado pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

h. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

i. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

j. Estoque

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas com estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Se o valor de compra for maior do que o valor líquido realizável, é constituída uma provisão para perdas nos estoques.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para a conclusão da venda.

k. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores são realizados por meios dos pagamentos, atualizados com base nos índices médio de 2,6% ao mês. Estes adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante e não circulante.

Os adiantamentos são liquidados com base nos recebimentos dos produtos adquiridos. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega do produto. A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregarem o produto adquirido.

l. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens (nota nº 13).

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

m. Intangíveis

A Companhia possui licenças de software e fundo de comércio como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

n. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A capitalização dos custos de empréstimos se inicia quando as atividades para preparar o ativo para sua utilização desejada ou venda estão em andamento e os dispêndios e custos de empréstimos tenham incorrido. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que incorrem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

o. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação em montante que possa ser estimado de forma confiável.

i. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

ii. Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e a provisão são registradas para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

iii. Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A cada encerramento das demonstrações contábeis, a Companhia avalia o valor contábil de ativos não financeiros para verificar eventos ou alterações nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar a perda no valor recuperável de um ativo. Se verificadas essas circunstâncias e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução do valor recuperável é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior de: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Valor em uso é o fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrente do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil. Intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperabilidade de seus valores testada anualmente, independentemente da existência de indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é subsequentemente revertida, há um aumento no valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

iv. Não-reconhecimento do ativo fiscal diferido (Valuation Allowance)

A mensuração inicial e subsequente do Imposto de Renda diferido é realizada quando é provável que um lucro tributável futuro estará disponível nos próximos anos para ser usado para fins de compensação, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se o benefício fiscal é reconhecido integralmente.

v. Outras provisões

Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de forma confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de forma a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente daquele fluxo de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

p. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos aos empregados e administradores da Companhia incluem remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social – INSS, FGTS, férias e 13º salário). Esses benefícios são registrados na demonstração do resultado, conforme são incorridas. Os benefícios de curto prazo a empregados são mensurados a valores não ajustados a valor presente, e são incorridos como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não têm planos de benefícios de demissão para funcionários.

q. Reconhecimento de receita

i. Venda de produtos

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de combustíveis. As receitas decorrentes de venda de produtos são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

Existem várias outras condições adicionais para o reconhecimento da receita: que o recebimento das vendas seja razoavelmente assegurado baseado na experiência histórica e condições atuais do mercado, que o preço seja fixado ou determinável, e que não haja qualquer obrigação de cumprimento relacionado à venda.

A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas, tais como:

- Impostos indiretos federal - Contribuição Social sobre a Receita Bruta para o Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%, exceto nas operações de venda da gasolina e diesel, pois estas operações são isentas na saída. Na venda do etanol a Companhia se enquadra na regra prevista no decreto 6.573/2008 artigo 2º II, que sofreu alteração pelos decretos 7.997/2013, 8.164/2013, 9.101/2017 e 9.112/2017 cuja tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$19,81 (dezenove Reais e oitenta e um centavos) para o PIS e R\$91,10 (Noventa e um Reais e dez centavos) para a COFINS e na compra de etanol a tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$0,00 (zero) para o PIS e R\$0,00 (zero) para a COFINS;
- Impostos indiretos estadual - Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) - de 7% a 29%; e
- Os custos de frete e outros relacionados são classificados na rubrica "Despesas de vendas" na demonstração do resultado.

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

r. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

Corrente

O Imposto de Renda corrente é o imposto a pagar esperado ou a recuperar/a ser compensado em relação ao lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício. Para computar o Imposto de Renda corrente e contribuição social sobre o lucro.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

Impostos sobre a renda no Brasil compreendem o Imposto de Renda (25%) e contribuição social (9%), para entidades tributadas pelo regime de lucro real, cuja alíquota incide a 34%. Impostos diferidos para essas entidades são previstos para todas as diferenças temporárias de imposto na data do balanço entre as bases de cálculo dos ativos e passivos, e seus valores contábeis.

Imposto de Renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem diretamente relacionados aos itens registrados diretamente ao patrimônio líquido ou à reserva de reavaliação que já estão reconhecidos líquidos dos efeitos fiscais, quando aplicáveis.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

#### Diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores registrados de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na medida em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

Caso a realização do imposto diferido ativo não seja provável, o saldo não é reconhecido. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reconheceu impostos diferidos ativos calculados sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A Companhia apresenta o saldo de imposto diferido líquido, apurado por entidade jurídica e mesma jurisdição.

#### s. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

### 3. Gestão de risco financeiro

#### a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

##### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco com taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

##### (b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

##### (c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Controladora			
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos e financiamentos	63.202	929	-
Fornecedores	36.666	-	-
Outras contas a pagar	368	-	-
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos e financiamentos	74.512	333	-
Fornecedores	110.434	-	-
Outras contas a pagar	331	-	-
Consolidado			
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos e financiamentos	63.202	929	-
Fornecedores	38.973	-	-
Outras contas a pagar	368	-	-
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos e financiamentos	74.534	333	-
Fornecedores	111.912	-	-
Outras contas a pagar	331	-	-

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 14)	74.845	64.131	74.867	64.131
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(15.005)	(1.393)	(15.101)	(1.431)
Dívida líquida	59.840	62.738	59.766	62.700
Total do patrimônio líquido	128.710	117.898	128.710	117.898
Total do capital	188.550	180.636	188.476	180.598
Índice de alavancagem financeira - %	32%	35%	32%	35%

(e) Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Ativos</b>				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	15.005	1.393	15.101	1.431
Empréstimo ao Custo amortizado				
Contas a receber (Nota 5)	105.509	85.699	76.247	68.987
Partes relacionadas (Nota 10)	96.650	104.830	96.666	104.760
<b>Passivo</b>				
Mensurados ao Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	74.845	64.131	74.867	64.131
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores (Nota 15)	110.434	36.666	111.912	38.973

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis):

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Controladora	2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	15.005	-	-
Contas a Receber	105.509	-	-
	2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	1.393	-	-
Contas a Receber	85.699	-	-
	2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	15.101	-	-
Contas a Receber	76.247	-	-
	2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	1.431	-	-
Contas a Receber	68.987	-	-

A Companhia não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

(f) Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

Caixa e equivalentes de caixa - a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas.

Contas a receber - Referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

b. Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDI e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros na controladora é apresentada a seguir:

	2018		2017	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalencia de caixa	15.005	15.005	1.393	1.393
Contas a receber e outros créditos	107.427	107.427	87.875	87.875
Partes relacionadas	96.650	96.650	104.830	104.830
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e financiamentos	74.845	74.845	64.131	64.131

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas bancárias	15.005	1.393	15.101	1.431
	15.005	1.393	15.101	1.431

#### 5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
No país	76.703	68.524	78.739	69.891
Partes relacionadas (Nota 10)	33.041	19.318	1.839	1.279
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(4.235)	(2.143)	(4.331)	(2.183)
	105.509	85.699	76.247	68.987

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo a vencer	52.597	36.934	54.100	37.637
Vencidas				
De 1 à 30 dias	15.818	26.406	14.315	25.410
De 31 à 90 dias	5.698	7.275	5.068	4.612
Acima de 90 dias	35.631	17.227	7.095	3.511
	<u>109.744</u>	<u>87.842</u>	<u>80.578</u>	<u>71.170</u>

As contas a receber referem-se basicamente a faturamento de venda de combustíveis e transportes com combustíveis, cujo vencimento médio é de 5 dias.

A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir perda esperada com crédito de liquidação duvidosa para os títulos vencidos a mais de 90 dias. A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro	(2.143)	(1.699)	(2.143)	(1.739)
Reversões de provisões	-	-	-	-
Constituição de provisões	(2.092)	(444)	(2.188)	(444)
Em 31 de dezembro	<u>(4.235)</u>	<u>(2.143)</u>	<u>(4.331)</u>	<u>(2.183)</u>

## 6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Gasolina	21.112	41.634	21.112	41.634
Biodiesel	-	-	574	177
Etanol anidro	8.893	5.717	8.893	5.717
Etanol hidratado	2.444	1.976	2.444	1.976
Oléo Diesel	111.970	32.120	111.970	32.120
Aditivos e outros	503	478	516	502
Provisão para perdas nos estoques	-	-	-	(9)
Estoque em Poder de Terceiro	12.614	9.985	12.614	9.985
	<u>157.536</u>	<u>91.910</u>	<u>158.123</u>	<u>92.102</u>

A movimentação na provisão para perdas nos estoques estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro	-	-	-	(9)
Provisões constituídas	-	-	-	-
Reversão de Provisão	-	-	-	-
Em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recuperar	27.105	29.228	27.119	29.105
PIS e COFINS a recuperar	-	1.401	1	1.401
IR e CS a recuperar (a)	6.412	15.076	6.412	15.076
Antecipação parcelamento PERT - RFB (b)	1.589	12.830	1.635	12.830
Outros	-	13	-	13
	35.106	58.548	35.167	58.425

(a) Em 2017, a Companhia utilizou o saldo de créditos acumulados de PIS e COFINS, em compensações via PER/DCOMP, das antecipações por estimativa dos tributos IRPJ- Imposto de renda e CSLL- Contribuição soical dos meses de janeiro a novembro-2017. No entanto, com a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), e o reconhecimento de juros e encargos financeiros, contabilizados em dezembro de 2017, resultou em prejuízo contábil e fiscal para o exercício. Dessa forma, o saldo de PIS e COFINS utilizados nas compensações, se transformaram em sados de IRPJ e CSLL a recuperar.

Em 2018, a Companhia utilizou-se dos saldos negativos de IRPJ e CSLL gerados em 2017, em forma de compesação dos tributos administrados pela Receita Federal, gerados durante o exercício corrente.

(b) De acordo com as condições estabelecidas para parcelamento tributário (PERT) do âmbito da Receita Federal, fez necessário a antecipação de 20% (vinte por cento) do total da dívida consolidada, cujo o montante representa R\$ 11.234 mil. Tal montante aguarda deferimento do parcelamento para compensação da dívida reconhecida no passivo. Adicionalmente, o montante de R\$ 1.596 mil, refere-se às antecipações de parcelamentos anteriores instituídos pelas leis 12.865/2013 e 12.996/2014, atualmente migrados e consolidados no parcelamento do PERT, sobre os quais devem ser compensados futuramente após homologação do pedido de restituição.

Em outubro de 2018, a Receita Federal do Brasil permitiu a consolidação do parcelamento referente aos débitos sob sua administração, onde o contribuinte qualifica os débitos que serão inseridos ao programa. Dessa forma, a Companhia adicionou todos os débitos em aberto até o momento da consolidação. O montante ora antecipado foi amortizado, e o saldo remanescente, foi utilizado o benefício do prejuízo fiscal para liquidação total da dívida, conforme previsto no regulamento do (PERT) Lei nº 13.496 - art. 2º modalidade I.

8. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a adiantamentos efetuados a fornecedores de etanol, Petrobrás S.A. e importadoras "Trading", para fornecimento futuro de combustíveis. A Companhia efetua os adiantamentos a fim de garantir, principalmente, os produtos das safras de cana das usinas, os quais estão suportados por contratos e/ou renegociações para entrega de etanol. Segue abaixo a composição desses adiantamentos:

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos para:				
Fornecedores de etanol	11.108	11.290	11.108	11.290
Fornecedores de derivados do petróleo	8.973	2.996	8.973	2.996
Fornecedores para distribuidoras	122	122	122	122
Outros	3.242	1.720	3.242	1.728
Provisão para perdas com adiantamentos	(2.030)	(1.736)	(2.030)	(1.736)
	<u>21.415</u>	<u>14.392</u>	<u>21.415</u>	<u>14.400</u>

A provisão para perdas com adiantamentos, refere-se substancialmente aos adiantamentos realizados para as usinas de etanol. De acordo com a análise individualizada de cada adiantamento, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. As movimentações na provisão para perdas com adiantamentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro	(1.736)	(4.226)	(1.736)	(4.226)
Provisões constituídas	(553)	(1.694)	(553)	(1.694)
Reversão de Provisão	259	4.184	259	4.184
Em 31 de dezembro	<u>(2.030)</u>	<u>(1.736)</u>	<u>(2.030)</u>	<u>(1.736)</u>

### 9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outros	1.918	2.176	2.346	2.648
	<u>1.918</u>	<u>2.176</u>	<u>2.346</u>	<u>2.648</u>
Circulante	1.428	1.885	1.856	2.357
Não circulante	490	291	490	291
	<u>1.918</u>	<u>2.176</u>	<u>2.346</u>	<u>2.648</u>

### 10. Partes relacionadas

#### Saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
<u>Contas a receber de clientes (Nota 5)</u>				
Petroviário Transportes Ltda.	31.202	18.039	-	-
Cassaro & Nogueira Ltda	767	686	767	686
Posto Ibirussu Ltda	460	228	460	228
Magnun Auto Posto Ltda	612	365	612	365
	<u>33.041</u>	<u>19.318</u>	<u>1.839</u>	<u>1.279</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Empréstimos</u>				
Agropecuária Rio da Areia Ltda. (a)	64.585	72.870	64.601	72.886
Édio Nogueira (b)	1.118	1.118	1.118	1.118
E N Administração e Participações Ltda. (c)	30.874	30.519	30.874	30.519
Petroviário Transportes Ltda.	-	86	-	-
Outros	73	237	73	237
	<u>96.650</u>	<u>104.830</u>	<u>96.666</u>	<u>104.760</u>
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Passivos</u>				
<u>Fornecedores (Nota 15)</u>				
Petroviários Transportes Ltda. (d)	1.565	673	1.565	-
	<u>1.565</u>	<u>673</u>	<u>1.565</u>	<u>-</u>

Refere-se à operação de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidados em bases líquidas, quando do interesse comum da Administração e da parte relacionada.

- Refere-se a operações de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidada quando do interesse comum da Administração;
- Referem-se a operações de empréstimos para diretor/acionista da Companhia sobre os quais não incidência de juros, e sem prazo de amortização definido;
- Operação de mútuo com acionistas sobre os quais o passivo é remunerado a taxa de 15,4% a.a. tanto o saldo ativo, quanto o saldo mantido junto a E.N. Administração e Participações Ltda., não possuem prazo de vencimento definido, podendo ser liquidados em bases líquidas quando do interesse comum da Administração e Acionista; e
- Os saldos e transações com a Petroviário Transportes Ltda. são decorrentes de transações mercantis, relacionadas ao fornecimento de combustível para a controlada e o recebimento de serviços de transporte (frete) desta controlada à Companhia decorrentes de venda de combustível a terceiros.

A Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Adicionalmente a Administração não espera ter impactos na realização ou liquidação dessas operações.

O saldo registrado no passivo se refere a transações mercantis, relacionadas ao fornecimento de combustível para a controlada e o recebimento de serviços de transportes, decorrente das vendas de combustível a terceiros.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

11. Remuneração de pessoal-chave da Administração.

Em 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla os gerentes sênior e o presidente da Companhia, totalizou R\$ 946 (R\$ 725 em 2017), e incluem honorários (diretoria) e pro labore (presidente).

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.785	(59.424)	11.628	(59.424)
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal (34%)	4.007	-	4.007	-
Ajuste para cálculo efetivo da alíquota	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	10.084	5.232	-	-
Adições permanentes não dedutíveis	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (1)	(973)	(48.454)	(816)	(48.454)
Alíquota efetiva	-1311%	23%	-1525%	23%

b) Tributos diferidos

A Companhia reconhece tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores, sem expiração, e para os quais a compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual, na medida em que haja lucro tributável disponível para compensar diferenças temporárias, com base nas premissas e condições definidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento do tributo diferido é realizado quando é provável que um lucro tributável para os próximos exercícios esteja disponível para ser usado para compensá-lo, com base nas projeções de resultados elaborados pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os tributos diferidos foram calculados a partir das seguintes bases:

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Taxa	2018		2017	
		Base	R\$	Base	R\$
Perda esperada de crédito com liquidação duvidosa	34	4.235	1.440	2.143	729
Provisão para perdas com adiantamentos de fornecedores	34	2.030	690	1.736	590
Provisão para demandas judiciais	34	9.955	3.385	8.466	2.878
Outros	34	331	113	369	125
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34	129.384	43.991	136.140	46.288
		<u>145.935</u>	<u>49.618</u>	<u>148.854</u>	<u>50.610</u>

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Movimentação				
Em 1º de janeiro	50.610	47.094	50.610	47.094
Constituição (realização)	(992)	3.516	(992)	3.516
Em 31 de dezembro	<u>49.618</u>	<u>50.610</u>	<u>49.618</u>	<u>50.610</u>

- (i) Constituição do ativo diferido referente ao prejuízo fiscal para utilização no parcelamento do PERT (nota nº16) na forma de liquidação dos saldos tributários no âmbito da Receita Federal, conforme previsto pela lei 13.496/17 - Art. 2º - item I. Foi consumido o diferido em 2018 na consolidação do Pert.

Benefício fiscal - Ágio (Goodwill) com expectativa de rentabilidade futura

Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu o benefício fiscal oriundo da incorporação reversa da sua controladora na época, Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda.. Fato subsequente à incorporação da controladora e registro do ágio atribuído com expectativa de rentabilidade futura, a Administração reconheceu a provisão de recuperação futura deste ágio, no limite da recuperação fiscal, que passou a ser considerado como um crédito fiscal. Fato corroborado por laudo de especialista independente na época, e cujo montante apurado foi de R\$ 136.322 milhões (atualmente, totalmente realizado), entretanto está em vigor desde 1º de janeiro de 2015 a Lei nº 12.973/2014 que determina que apenas o goodwill oriundo de aquisição de participações societárias entre partes independentes, serão considerados para gerar despesas dedutíveis, observadas algumas exigências descritas na respectiva lei. Sobretudo, apoiada na opinião legal do seu assessor jurídico, a Administração da Companhia aproveitou a dedutibilidade fiscal do referido crédito tributário, que apresenta a probabilidade de ganho "possível" para a Companhia na existência de qualquer discussão, inclusive judicial, sobre o direito destes créditos fiscais.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

Em setembro de 2011, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 61.230 por conta da utilização, como dedutível, das despesas com amortização de ágio na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos exercícios de 2006 a 2008, decorrente da incorporação da Companhia Petrofic Participações e Investimentos Empresariais Ltda., realizada em 2006. A Companhia, representada por seus assessores jurídicos, protocolou em outubro de 2011, defesa administrativa pleiteando a nulidade do auto de infração.

Em 2013 foi concluída a fiscalização do exercício de 2009 atuando a Companhia em R\$ 15.328. A Companhia por sua vez adotou novamente as medidas legais afim de garantir seu direito a utilização do benefício.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

Composição

	Controladora				Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2018	2017			2018	2017
Terrenos	15.619	-	15.619	15.619	15.619	-	15.619	15.619
Móveis e utensílios	1.398	(697)	701	689	1.398	(697)	701	689
Máquinas e equipamentos	5.431	(5.158)	273	258	5.619	(5.276)	343	334
Edifícios, benfeitorias e tanques	40.910	(16.907)	24.003	22.657	41.208	(16.907)	24.301	22.955
Equipamentos de informática	3.664	(2.334)	1.330	1.601	3.664	(2.334)	1.330	1.601
Equipamentos de telefonia	736	(689)	47	115	736	(689)	47	115
Veículos	17.717	(10.837)	6.880	9.186	22.787	(12.796)	9.991	13.245
Outros bens móveis	1.808	(1.155)	653	714	1.808	(1.155)	653	714
Imobilizado em andamento	15.079	-	15.079	7.254	15.079	-	15.079	7.255
	<b>102.362</b>	<b>(37.777)</b>	<b>64.585</b>	<b>58.093</b>	<b>107.918</b>	<b>(39.854)</b>	<b>68.064</b>	<b>62.527</b>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado

	Controladora				2017	Adições	Baixa	Transferência	2018
	2016	Adições	Baixa	Transferência					
Terrenos	11.269	4.350	-	-	15.619	-	-	-	15.619
Móveis e utensílios	675	315	(1)	298	1.287	115	(5)	-	1.397
Máquinas e equipamentos	5.276	80	(2)	-	5.354	77	(1)	-	5.430
Edifícios, benfeitorias e tanques	34.902	50	-	3.284	38.236	2.675	-	-	40.911
Ferramentas	-	1.142	-	4	1.146	-	-	-	1.146
Equipamentos de informática	2.353	8	-	-	2.361	165	-	-	2.526
Equipamentos de telefonia	721	1.447	(1.272)	-	896	6	-	-	902
Veículos	18.466	137	-	-	18.603	344	(1.268)	-	17.679
Outros bens móveis	1.635	4.170	(12)	(3.586)	2.207	36	-	-	2.243
Imobilizado em andamento	6.684	-	-	-	6.684	10.540	(2.715)	-	14.509
	81.981	11.699	(1.287)	-	92.393	13.958	(3.989)	-	102.362
Depreciação	(30.043)	(4.888)	631	-	(34.300)	(4.771)	1.297	-	(37.777)
Valor residual	51.938	6.811	(656)	-	58.093	9.187	(2.692)	-	64.585

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Consolidado				2017	Adições	Baixa	Transferência	2018
	2016	Adições	Baixa	Transferência					
Terrenos	11.269	4.350	-	-	15.619	-	-	-	15.619
Móveis e utensílios	676	315	(2)	-	989	115	(5)	-	1.099
Máquinas e equipamentos	5.966	159	(586)	-	5.540	78	(1)	-	5.617
Edifícios, benfeitorias e tanques	34.902	348	-	-	35.250	2.674	-	-	37.924
Equipamentos de informática	2.353	1.142	-	-	3.495	165	-	-	3.660
Equipamentos de telefonia	721	8	-	-	729	6	-	-	735
Veículos	19.872	5.578	(1.482)	-	23.968	344	(1.524)	-	22.788
Outros bens móveis	1.638	137	-	-	1.775	36	-	-	1.811
Imobilizado em andamento	6.683	4.170	(13)	-	10.840	10.540	(2.715)	-	18.665
	84.080	16.207	(2.082)	-	98.205	13.958	(4.245)	-	107.918
Depreciação	(31.873)	(5.217)	1.412	-	(35.678)	(5.729)	1.553	-	(39.854)
Valor residual	52.207	10.990	(670)	-	62.527	8.229	(2.692)	-	68.064

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

Taxas de depreciação e vidas úteis

A Companhia contratou peritos independentes para rever a vida útil de seu ativo imobilizado em 2015, e por não haver mudança significativa nas vidas úteis apuradas a Companhia manteve as mesmas taxas de depreciação do exercício anterior, que são as taxas que refletem a vida útil estimadas dos ativos imobilizados:

	Vida útil em anos	Taxas de depreciação médias anuais
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Edificações, benfeitorias e tanques	25	4%
Móveis e utensílios	11	9%
Equipamentos de informática	9	11%
Veículos	7	14%
Aeronaves	10	10%
Outros bens móveis	9	11%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Ferramenta	10	10%
Telefonia	10	10%

Garantias

As garantias são compostas conforme segue:

- A Companhia ofereceu um imóvel em garantia, objeto das Matrículas nºs 116.160 e 122.918 (Base primária de distribuição de combustíveis localizada em Betim/MG), em hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros, em favor do Estado de Minas Gerais para adesão ao Programa de Parcelamento do auto de infração. Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil da propriedade era de R\$ 973 (R \$1.153 em 2017);
- Para a Execução Fiscal nº 2009.61.19.001087-7 em trâmite perante a 3º. Vara Federal de Guarulhos a Companhia deu 29 veículos no montante de R\$ 1.738. Em 2013 a companhia optou em substituir parte dos veículos ora penhorados por outros veículos mais novos com valores igualitários aos substituídos. Portanto, restaram penhorados 4 autos substituindo parte da frota garantindo o mesmo valor de R\$ 1.206, totalizando 6 veículos. Em 2018, o processo foi incluído no parcelamento do (PERT).

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	T J nominal	Venc.	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Capital de giro	2,65% a 9,36%	2019	59.802	37.447	59.802	37.447
Duplicatas Descontadas	-		1.318	1.318	1.318	1.318
Outros			13.725	25.366	13.747	25.366
			<u>74.845</u>	<u>64.131</u>	<u>74.867</u>	<u>64.131</u>
Circulante e não circulante			2018	2017	2018	2017
Circulante			74.512	63.202	74.534	63.202
Não circulante			333	929	333	929
			<u>74.845</u>	<u>64.131</u>	<u>74.867</u>	<u>64.131</u>

Cláusulas restritivas

Os empréstimos contêm cláusulas contratuais declarando que será exigido o pagamento antecipado da dívida, total ou parcial. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da Companhia.

- i. Entrar em estado de insolvência civil, liquidação ou falência, impetrar pedido de concordata ou de recuperação judicial, convocar credores para apresentar plano de recuperação extrajudicial ou suspender suas atividades por período superior a 30 (trinta) dias;
- ii. Figurar como devedor em situação de mora de inadimplemento junto ao banco ou qualquer outra instituição fornecedora de crédito, ou qualquer outro Banco; e
- iii. Mudança no estado econômico-financeiro da Companhia e/ou de qualquer avalista.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de produtos para revenda	91.379	27.706	92.857	30.014
Fornecedores de serviços de transportes	10.351	8.287	10.351	8.959
Partes Relacionadas (Nota 10)	1.565	673	1.565	-
Outros	7.139	-	7.139	-
	<u>110.434</u>	<u>36.666</u>	<u>111.912</u>	<u>38.973</u>

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

## 16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos correntes				
ICMS ST a recolher	4.869	9.259	4.869	9.259
ICMS próprio a recolher	736	580	830	787
Pis a recolher	71	-	73	11
Cofins a recolher	331	-	342	50
Impostos sobre operações financeiras	4.978	3.408	4.978	3.408
Imposto de Renda e contribuição social	-	-	-	39
Outros	391	192	401	209
	<u>11.376</u>	<u>13.439</u>	<u>11.493</u>	<u>13.763</u>
Parcelamentos				
Parcelamento - REFIS PERT (i)	173.264	191.809	173.489	236.747
Parcelamento Especial ICMS - SP (ii)	1.771	2.457	1.941	2.583
Parcelamento Manguinhos - ICMS - MG (iii)	12.316	13.374	12.316	13.397
Parcelamentos Federais	2.563	3.589	2.610	3.583
	<u>189.914</u>	<u>211.229</u>	<u>190.356</u>	<u>256.310</u>
Circulante	18.039	24.569	18.223	24.910
Não circulante	183.251	200.099	183.626	200.225
	<u>201.290</u>	<u>224.668</u>	<u>201.849</u>	<u>225.135</u>

## (i) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 27 de outubro de 2017 a Administração da Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória n.º 783/17, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17 de 24 de outubro de 2017, nessas circunstâncias, foram incluídos todos os débitos da Companhia apresentados na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na RFB - Receita Federal do Brasil, bem como, foram incluídos os débitos da empresa Asadiesel Petróleo Ltda. com a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, tal empresa embora tenha sido incorporada contabilmente em 2005, não apresenta-se incorporada na referida autoridade tributária, cujo o montante apresentado é R\$ 191.809.

Fato subsequente à adesão, os débitos constantes na PGFN foram deferidos, enquanto os débitos com a RFB aguardam a análise e deferimento daquela autoridade tributária.

Foram incluídos no PERT os saldos dos tributos vencidos até abril de 2017, onde a Companhia no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu débitos da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direito de Natureza Financeira, parcelando a dívida em 145 meses, com entrada de 20% e redução de 80% juros, 50% de multas e 100% encargos/honorários, o saldo remanescente será atualizado mensalmente pela taxa SELIC.

## ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

### Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Em outubro de 2018 foi consolidado o parcelamento no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, onde, o saldo devedor no montante de R\$ 55.876, foi enquadrado na modalidade do item I - Art. 2º Lei 13.496/17. Nessa modalidade, a antecipação de 20% representado pelo montante de R\$11.175 foi amortizado do total da dívida, onde, o saldo remanescente no de R\$ 44.701, foi liquidado com prejuízo fiscal, conforme previsto no regumamento do parcelamento.

Para a empresa Asadiesel Petróleo Ltda. no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu os saldos da desistência dos parcelamentos de períodos anteriores instituído pela lei 11.941/09, e o montante atualizado e consolidado, foi parcelado em 120 vezes, sendo que as parcelas serão progressivas e corrigidas pela taxa SELIC.

A seguir apresentamos os efeitos contábeis desta transação:

	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional(a)	Receita Federal do Brasil Tributario	Total
Asadiesel Petroleo Ltda			
Valor Original	30.539	-	30.539
Atualização do parcelamento na consolidação	129.168	-	129.168
Pagamento em 2018	(2.720)	-	(2.720)
	<u>156.987</u>	<u>-</u>	<u>156.987</u>
Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petroleo S.A.			
Valor Original	15.810	19.207	35.017
Atualização do parcelamento na consolidação	40.675	36.965	77.640
Total da Dívida	<u>56.485</u>	<u>56.172</u>	<u>112.657</u>
Desconto do Parcelamento	(27.442)	(296)	(27.738)
Amortização das antecipações - PGFN e RFB	(11.297)	(11.175)	(22.472)
Pagamento em 2018	(1.469)	-	(1.469)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL Lei 13.496/17	-	(44.701)	(44.701)
	<u>16.277</u>	<u>-</u>	<u>16.277</u>

O Programa Especial de Regularização Tributária classificado no passivo não circulante têm o seguinte prazo de vencimento:

Ano	R\$
2019	11.052
2020	12.960
2021	20.184
2022	20.193

\* Sem atualização de SELIC

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

- (ii) Durante o processo de Recredenciamento - prerrogativa da SEFAZ (SP) - visando regularizar o seguimento de combustível, todas as companhias do segmento, tiveram seus regimes especiais suspensos, o que gerou mudanças no acompanhamento operacional, fiscal e jurídico das relações entre a SEFAZ (SP) e as distribuidoras. Uma destas mudanças foi a ruptura do parcelamento chamado PPI, por haverem ações em discussões judiciais com a SEFAZ (SP). As referidas medidas já foram solucionadas e o parcelamento foi refeito em janeiro de 2011. Em 2018 a Companhia está com o credenciamento válido e ativo junto à SEFAZ-SP, tendo em vista que a situação fiscal está regular no estado, incluindo obrigações assessórias e tributárias.
- (iii) ICMS MG - No ano de 2009 e 2010 a Companhia adquiriu produtos da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. ("Manguinhos"). A sistemática tributária existente torna a Manguinhos a responsável pelo recolhimento de todos os impostos de cadeia de valor do segmento de combustível aos referidos Estados. A Manguinhos está em uma discussão com o Estado de Minas Gerais dos valores dos repasses dos créditos tributários daquele Estado, o qual lavrou auto de infração contra a Companhia. Em 2015, a Companhia, como responsável solidária pelos impostos na cadeia, efetuou o parcelamento do débito de ICMS junto a Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerias e conseqüentemente recuperou o Regime especial desse Estado, deixando de recolher o ICMS sobre a comercialização do álcool hidratado antecipadamente, passando a recolher por apuração em conta gráfica. Em 2018 o parcelamento se mantém ativo e regular.

17. Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada

Informações da controlada

Em 2018	Participação no capital		Patrimônio Líquido	Prejuízo líquido do exercício
	Integrado	Ativos		
Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	6.840	26.915	(10.135)
			26.780	(10.084)

  

Em 2017	Participação no capital		Patrimônio Líquido	Prejuízo líquido do exercício
	Integrado	Ativos		
Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	6.774	16.782	(5.258)
			16.698	(5.232)

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos em várias cortes e órgãos governamentais. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e análise de demandas pendentes e, com relação a demandas trabalhistas, com base em experiência passada relativas a valores pleiteados, reconheceu a provisão em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua controlada registraram uma provisão nas demonstrações contábeis, a qual conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos é conforme demonstramos a seguir:

	Controladora												
	2016				2017				2018				
	Saldo	Movimento			Saldo	Movimento			Saldo				
	Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões		
Tributário outros (i)	954	1.667	-	-	2.621	-	(899)	-	1.722				
Cíveis e ANP (ii)	2.521	703	(917)	-	2.307	1.706	(302)	-	3.711				
Trabalhistas (iii)	5.546	-	(2.008)	-	3.538	984	-	-	4.522				
	<u>9.021</u>	<u>2.370</u>	<u>(2.925)</u>	<u>-</u>	<u>8.466</u>	<u>2.690</u>	<u>(1.201)</u>	<u>-</u>	<u>9.955</u>				
	Consolidado												
	2016				2017				2018				
	Saldo	Movimento			Saldo	Movimento			Saldo				
		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões		Adições	Baixas	Reversões	
Tributário outros (i)	960	1.670	(5)	-	2.625	-	(902)	-	1.722				
Cíveis e ANP (ii)	3.131	703	(1.527)	-	2.307	1.706	(302)	-	3.711				
Trabalhistas (iii)	7.010	1.387	(2.669)	-	5.728	984	(2.190)	-	4.522				
	<u>11.101</u>	<u>3.760</u>	<u>(4.201)</u>	<u>-</u>	<u>10.660</u>	<u>2.690</u>	<u>(3.394)</u>	<u>-</u>	<u>9.955</u>				

(i) Assuntos tributários

Referem-se à processos em exibibilidade suspensa onde os assessores jurídicos periodicamente acompanham os status de cada processo.

(ii) Assuntos cíveis e ANP

Referem-se às provisões constituídas para demandas judiciais relativas às ações judiciais passivas de natureza cível, sobre processos de indenização por danos materiais e morais e autuações por parte da ANP - Agência Nacional de Petróleo.

(iii) Assuntos trabalhistas

As principais naturezas em discussão referem-se a pedidos relacionados a comissões, adicional de periculosidade e respectivos reflexos, bem como horas extras e seus respectivos adicionais, devolução dos descontos efetuados em folha de pagamento, entre outras; pedidos de indenização por danos morais.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

A Companhia é parte em outros processos de natureza tributária, cível e trabalhista, que se encontra em instâncias diversas e foi classificada pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais, como de risco de perda possível ou remota, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quando a documentação específica existente.

A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por reservas suficiente em suas demonstrações contábeis. As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades tributárias, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Contingências - demandas judiciais consideradas como de perda possível

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes de risco máximo dos processos considerados como perda possível, conforme anteriormente comentado, são:

- Tributárias (i): R\$ 124.660 (R\$ 4.492 em 2017);
- Trabalhistas: R\$ 28.436 (R\$ 31.257 em 2017);
- Cíveis: R\$ 3.609 (R\$ 4.937 em 2017).

Na opinião da Administração, a decisão final com respeito a essas ações não afetará materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

#### Evento subsequente

- (i) Em fevereiro de 2019 a Royal FIC tomou ciência via portal eletrônico E-CAC, sobre a decisão do processo de nº 19515.721363/2011-71, no montante atualizado de R\$ 99.404 (noventa e nove milhões, quatrocentos e quatro Reais), que tange o aproveitamento de crédito tributário proveniente de ágio da incorporação da sua então controladora denominada Petrofic, onde realizou as deduções nas apurações dos tributos IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido) dos anos de 2006 a 2008. O resultado desfavorável do trânsito em julgado na esfera administrativa, aponta a cobrança do montante em epígrafe. Dessa forma, a Companhia recorreu aos assessores jurídicos para análise do processo e conforme "Legal Opinion" elaborado por especialista distintos, há a indicação que a possibilidade de perda para este processo é possível. Para 2019 a Administração da Companhia, juntamente com os assessores jurídicos, estudam as estratégias adequadas a serem adotadas para ampliar o arrolamento da discussão do processo via judicial.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

19. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social da Companhia que está totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$137.324 em 31 de dezembro de 2018 e 2017 passa a ser dividido em 137.323.993 milhões de ações ordinárias nominativas e distribuídas da seguinte forma:

	2018	2017
	(Ações)	(Ações)
E N Administração e Participações S.A.	137.322	137.322
Édio Nogueira	2	2
	<u>137.324</u>	<u>137.324</u>

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Conforme 33ª Alteração e Consolidação do Contrato Social datado de 1º de outubro de 2006, a Administração aprovou a incorporação do acervo líquido da empresa Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda., onde nessa oportunidade foi apurado ágio (goodwill) e um conseqüente benefício fiscal na ocasião de R\$ 136.322 mil, que teve o montante integral capitalizado, sem atenção para o registrado como Reserva Especial de Ágio, a medida em que ocorreria sua realização. Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a equalização esperada para a capitalização da referida Reserva.

20. Receita operacional líquida

A receita operacional é composta por vendas de produtos e serviços como segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional bruta				
Gasolina	1.492.715	1.375.532	1.492.715	1.375.532
Diesel	2.335.369	2.308.947	2.329.387	2.306.102
Etanol	383.264	214.744	383.264	214.744
Armazenagem	4.413	3.374	10.620	4.190
	<u>4.215.761</u>	<u>3.902.597</u>	<u>4.215.986</u>	<u>3.900.568</u>
Impostos sobre vendas	(103.138)	(62.110)	(108.008)	(64.483)
Devoluções	(14.373)	(8.750)	(14.373)	(8.750)
Receita operacional líquida	<u>4.098.250</u>	<u>3.831.737</u>	<u>4.093.605</u>	<u>3.827.335</u>

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

## 21. Resultado por natureza

## Reconciliação de despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Gasolina	(1.434.959)	(1.313.692)	(1.434.959)	(1.313.692)
Diesel	(2.214.018)	(2.138.805)	(2.208.036)	(2.138.805)
Etanol	(283.737)	(163.470)	(283.737)	(163.470)
Despesas com fretes	(71.971)	(83.275)	(49.533)	(66.986)
Despesas com pessoal	(28.933)	(18.176)	(33.333)	(22.215)
Depreciação e amortização	(5.392)	(5.147)	(6.409)	(5.500)
Consultoria e assessoria	(1.144)	(916)	(1.157)	(928)
Serviços prestados	(1.989)	(1.682)	(1.989)	(1.682)
Despesas com aluguéis	(783)	(478)	(808)	(478)
Comissão sobre vendas	(2.109)	(1.962)	(2.109)	(1.968)
Despesas com vendas	(2.821)	(1.117)	(2.836)	(1.338)
Despesas com processos	(2.586)	(2.200)	(3.609)	(2.729)
Despesas com seguros	(1.138)	(1.061)	(1.679)	(1.352)
Licenciamento de software	(1.715)	(1.024)	(1.861)	(1.035)
Despesas administrativas	(2.528)	(10.331)	(23.866)	(21.098)
Outros	(1.210)	(1.984)	(6.748)	(1.986)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(4.235)	(2.112)	(4.331)	(1.895)
	<u>(4.061.268)</u>	<u>(3.747.432)</u>	<u>(4.067.000)</u>	<u>(3.747.157)</u>
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(3.969.134)	(3.661.955)	(3.988.559)	(3.672.445)
Despesas com vendas	(30.345)	(31.487)	(7.973)	(15.118)
Despesas administrativas e gerais	(61.789)	(53.990)	(70.468)	(59.594)
	<u>(4.061.268)</u>	<u>(3.747.432)</u>	<u>(4.067.000)</u>	<u>(3.747.157)</u>

## 22. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais, líquidas	(199)	1.326	458	(65)
Provisão para perdas com adiantamentos	(2.667)	-	(2.667)	-
Resultado na venda de imobilizados	353	189	496	235
Sinistros e roubos de cargas	-	(508)	(59)	(508)
Outras despesas operacionais, líquidas	(842)	395	(1.308)	652
	<u>(3.355)</u>	<u>1.402</u>	<u>(3.080)</u>	<u>314</u>

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros sobre contas a receber	3.163	1.981	3.163	1.981
Rendimento sobre aplicações financeiras	11	4	11	4
Juros sobre contratos de usinas	591	290	591	290
Outras	558	1.298	560	1.298
	<u>4.323</u>	<u>3.573</u>	<u>4.325</u>	<u>3.573</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(8.233)	(17.751)	(8.259)	(17.761)
Juros provisionados e não pagos	(1.724)	(2.073)	(1.728)	(2.073)
Despesas com IOF	-	1.164	(15)	1.164
Outras despesas financeiras	(3.606)	(3.483)	(3.621)	(3.485)
	<u>(13.563)</u>	<u>(22.143)</u>	<u>(13.623)</u>	<u>(22.155)</u>
Variações monetárias				
Juros sobre REFIS (i)	(2.518)	(121.329)	(2.599)	(121.334)
	<u>(2.518)</u>	<u>(121.329)</u>	<u>(2.599)</u>	<u>(121.334)</u>
	<u>(11.758)</u>	<u>(139.899)</u>	<u>(11.897)</u>	<u>(139.916)</u>

- (i) Consolidação REFIS - PERT (nota nº 16), apropriação e reconhecimento de juros e encargos financeiros de atualização.

24. Compromissos assumidos

A Companhia possui contrato de aquisição de combustível com a Petrobrás cuja a vigência contratual é de 1º de julho de 2018 a 31 de maio de 2019 sobre o qual foram mantidas as mesmas condições contratuais que a Companhia já vinha mantendo com este fornecedor, o qual obriga - se a retirar mensalmente 95% do volume contratado, caso isso não ocorra ocasionará uma multa de R\$50,00 (cinquenta reais) por metro cúbico não retirado.

A Companhia possui contratos de aquisição de etanol junto a usinas para assegurar o fornecimento do produto pelo prazo de um ano.

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui cobertura de seguro contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza para todo o estoque de etanol e petróleo, e para determinadas edificações, equipamentos, instalações e máquinas, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.